



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE AMAMBAI
SALA DAS COMISSÕES**



**CÂMARA MUNICIPAL
DE AMAMBAI - MS.**

Data: 29 / 09 / 2025

Horário: 11h05

Protocolo nº: 1537/2025

Andressa michelson

Nome e Assinatura

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.
COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

PARECER DE COMISSÃO Nº 71/2025

REF. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2025

SÚMULA: “Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir o parcelamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e dá outras providências”.

Após análise do Projeto de Lei Complementar nº 004/2025, de iniciativa do Executivo Municipal, durante a reunião os membros das Comissões, em conjunto, deliberaram o que segue:

I. SÍNTESE

O Projeto de Lei Complementar nº 004/2025 tem como objetivo regulamentar o parcelamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) no Município de Amambai. A proposta visa facilitar o cumprimento das obrigações tributárias para os contribuintes, permitindo o pagamento em até 10 (dez) parcelas, com a intenção de promover a inclusão tributária e a regularização de imóveis.

O Projeto de parcelamento reflete uma resposta às dificuldades financeiras enfrentadas por muitos contribuintes, ao mesmo tempo que busca aumentar a arrecadação municipal e formalizar transações imobiliárias.

II. VOTO DAS COMISSÕES PERMANENTES

a) Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final analisou o Projeto de Lei Complementar nº 004/2025 e constatou que a proposta está em conformidade com a legislação vigente. A redação do projeto é clara e objetiva, seguindo os princípios da técnica legislativa estabelecidos pela Lei Complementar nº 95/1998. A inclusão do parcelamento do ITBI por meio do projeto está em sintonia com as normativas e princípios da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal e Código Tributário Municipal.

Portanto, o voto da Comissão é **FAVORÁVEL** à aprovação da matéria.

b) Comissão de Obras e Serviços Públicos

Embora a Comissão de Obras e Serviços Públicos não tenha relação direta com a natureza tributária da proposta, esta examinou o impacto positivo que a regularização de imóveis por meio do parcelamento do ITBI pode trazer ao desenvolvimento urbano e à execução de obras no município. A melhoria na arrecadação de tributos possibilitará uma maior disponibilidade de recursos para investimentos em infraestrutura e serviços públicos.

Dessa forma, a Comissão manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à aprovação da matéria.

c) Comissão de Finanças e Orçamento

A Comissão de Finanças e Orçamento avaliou as implicações financeiras do Projeto de Lei Complementar nº 004/2025 e sua correspondência com o Código Tributário

Câmara Municipal de Amambai

Rua Sete de Setembro, 3359 – Fone: (67) 3481-1551 E-mail: administrativo@amambai.ms.leg.br CEP: 79990-000 – Amambai/MS



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE AMAMBAI
SALA DAS COMISSÕES

Municipal, especialmente os artigos que versam sobre a obrigatoriedade da arrecadação do ITBI e as disposições sobre os instrumentos que regulamentam sua cobrança.

A proposta de parcelamento do ITBI está alinhada ao Código Tributário Municipal, que prevê a responsabilidade da administração pública em garantir a arrecadação de tributos de forma justa e eficiente, promovendo a inclusão tributária. A possibilidade de parcelamento é vista como uma medida que facilita a regularização de imóveis, beneficiando não apenas os contribuintes, mas também promovendo um aumento da arrecadação ao reduzir a inadimplência.

Com base nessa análise, a Comissão de Finanças e Orçamento manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à aprovação do Projeto.

III. CONCLUSÃO


Diante do exposto, as Comissões Permanentes manifestam-se **FAVORAVELMENTE** à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 004/2025, tendo em vista que a proposta fortalece a gestão tributária do Município e promove a justiça fiscal, permitindo que o Município de Amambai avance na regularização de transações imobiliárias e na assistência aos contribuintes, encaminhando o presente Parecer em conjunto ao Plenário para apreciação, discussão e votação.

Pelas conclusões, eis o Parecer.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2025.


Eder Paulo Pinzan Mendonça

Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
Relator


José Roberto dos Santos

Presidente da Comissão de Obras e Serviços Públicos
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Membros:

Runes de Oliveira

Suzana Ulisses da Silva

Talyta Escobar da Silva Dias

